



**POR UMA SOCIOLOGIA PARA A EMANCIPAÇÃO: PABLO  
GONZÁLEZ CASANOVA E A SOCIOLOGIA MILITANTE  
LATINO-AMERICANA**

POR UNA SOCIOLOGÍA PARA LA EMANCIPACIÓN: PABLO GONZÁLEZ  
CASANOVA Y LA SOCIOLOGÍA MILITANTE LATINOAMERICANA

FOR A SOCIOLOGY FOR EMANCIPATION: PABLO GONZÁLEZ CASANOVA  
AND LATIN AMERICAN MILITANT SOCIOLOGY

*Lia Pinheiro Barbosa*<sup>1</sup> 

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar a contribuição teórico-analítica e de método de Pablo González Casanova (1922-2023) à construção de uma sociologia militante e para a emancipação. Para tanto, recupero quatro categorias da teoria social do pensador mexicano, as quais considero centrais em seu pensamento intelectual e que demarcam o trânsito entre a sociologia da exploração à sociologia da emancipação: o colonialismo, a exploração, hegemonia e crise, e a autonomia de classe. Ao apresentá-las, destaco as rotas analíticas de González Casanova e, em particular, suas articulações com a história, a cultura e as lutas empreendidas pelo campo popular para pensar e construir horizontes emancipatórios.

**Palavras-chave:** Sociologia militante; Teoria Social; Pablo González Casanova; Emancipação.

**Resumen:** El presente artículo tiene por objetivo presentar la contribución teórico-analítica y de método de Pablo González Casanova (1922-2023) a la construcción de una sociología militante y para la emancipación. Para ello, recupero cuatro categorías de la teoría social del pensador mexicano, las cuales considero centrales en su pensamiento intelectual y que demarcan el tránsito entre la sociología de la explotación a la sociología de la emancipación: el colonialismo, la explotación, hegemonía y crisis, y la

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE). Bolsista Produtividade PQ2/CNPq. E-mail: [lia.barbosa@uece.br](mailto:lia.barbosa@uece.br)

autonomía de clase. Al presentarlas, destaco las rutas analíticas de González Casanova y, en particular, sus articulaciones con la historia, la cultura y las luchas emprendidas por el campo popular para pensar y construir horizontes emancipatorios.

**Palabras-clave:** Sociología militante; Teoría Social; Pablo González Casanova; Emancipación.

**Abstract:** In this essay, I address the theoretical-analytical and methodological contributions of Pablo González Casanova (1922–2023) to the construction of a militant sociology for emancipation. To this end, I recover four categories of the Mexican thinker's social theory, which I consider central to his intellectual thought and which demarcate the transition from the sociology of exploitation to the sociology of emancipation. These are colonialism; exploitation; hegemony, crisis; and class autonomy. In presenting them, I highlight González Casanova's analytical trajectories and in particular his engagement with history, culture, and popular struggles, in order to think through and construct emancipatory horizons.

**Keywords:** Militant sociology; Social Theory; Pablo González Casanova; Emancipation.

---

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.212262](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.212262)

*Recebido em: 21/05/2023  
Aprovado em: 03/07/2023  
Publicado em: 30/07/2023*

## **1 Introdução ao «caminhar perguntando» de Pablo González Casanova**

No ano de 2023, aos 101 anos de idade, faleceu um dos maiores expoentes da teoria social latino-americana e caribenha, Pablo González Casanova, uma referência imprescindível na construção da sociologia latino-americana e, sobretudo, na preocupação por consolidar um labor científico e uma análise sociológica com arraigo na história, na cultura e na economia política da região, especialmente para investigar, cientificamente, a desigualdade, a dissimetria e a marginalização intrínsecos à natureza da exploração. Em sua produção intelectual, o sociólogo mexicano estabeleceu a articulação dialética entre ciência, conhecimento e

*práxis* para a superação do colonialismo e do servilismo intelectual (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969).

De sua clássica obra “Sociología de la Explotación”,<sup>2</sup> escrita em 1968 e publicada em 1969, González Casanova concebe uma teoria social original, tornando público o caminho teórico-metodológico assumido por ele como bússola de suas reflexões mais profundas e das perguntas que se fez “para estudar distintas formas de exploração de uns homens por outros” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 03, tradução nossa). Na introdução desta obra, González Casanova faz uma advertência de método (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 03, tradução e destaque nossos):

A ordem em que [os ensaios] são publicados é exatamente o oposto da ordem em que foram escritos. Um leitor que quiser acompanhar o processo de pesquisa terá de ler primeiro o último ensaio, e assim por diante, até o primeiro. [...] O livro foi escrito sobretudo para estudantes da América Latina e de países que adotaram o falso rigor empirista tão associado às ciências sociais predominantes nos Estados Unidos atualmente. Também foi escrito para aqueles que estão presos aos slogans e às palavras pomposas do marxismo ortodoxo e dogmático, renunciando às grandes tradições que o próprio marxismo tem de pesquisa científica de alto nível, que sempre acompanhou a **investigação militante**.

Esse livro incorpora uma genuína abordagem sociológica das formas de exploração decorrentes da dialética do antagonismo de classes e do colonialismo, resultado de um exercício intelectual anterior em que González Casanova conceitualiza o *colonialismo interno*,<sup>3</sup> em dois ensaios, a saber, “El desarrollo del capitalismo en los países coloniales”,<sup>4</sup> de 1959, e “Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963). O *colonialismo interno* se tornou uma categoria chave na obra intelectual de González Casanova para a análise dos problemas sociais que emergem de uma ordem colonial e suas reverberações na estruturação do capitalismo e do imperialismo.

---

<sup>2</sup> Escrito na ocasião do 150º aniversário de Karl Marx.

<sup>3</sup> Conforme analisa Torres Guillén (2014), o conceito de colonialismo interno não foi de uso exclusivo de Pablo González Casanova, uma vez que também foi utilizado por outros autores em outros contextos e linhas metodológicas distintas. Para conhecer algumas referências dessas abordagens analíticas acerca do colonialismo interno, vide Torres Guillén (2014).

<sup>4</sup> Segundo González Casanova (1969), este ensaio era a versão definitiva de um escrito preliminar destinado a um livro que seria inédito. Na obra “Sociología de la Explotación”, de 1969, encontramos uma versão atualizada no capítulo “El desarrollo del capitalismo en los países coloniales y dependientes”.

Pablo González Casanova iniciou suas reflexões em um contexto histórico-político em que se respirava os ares frescos das prístinas revoluções dos séculos XIX e XX, como a Revolução Haitiana, a Revolução Mexicana, a Revolução Soviética e a Revolução Cubana. Em si mesma, a experiência dos processos revolucionários constituía um terreno fértil para o pensamento crítico acerca da história e da cultura da região, sobretudo para examinar, com acuidade, a natureza do caráter marginal e subdesenvolvido, intrínseco à integração dependente e subordinada da América Latina e do Caribe ao capitalismo. Além disso, esses processos revolucionários, juntamente com as lutas pela libertação nacional e pela emancipação política na África, convergiram para o surgimento de dois conceitos fundamentais, analisados por Paulo Freire (2014 [1968]) e Franz Fanon (2008 [1952]): “oprimido” e “libertação”. A potência de ambos os conceitos provocou outras perguntas com o objetivo de refinar as categorias analíticas inerentes à luta de classes: Quem são as e os oprimidos nos processos históricos que foram marcados pela colonização e por uma forma diferente de integração ao capitalismo?; Como as opressões são caracterizadas nesses contextos históricos e em suas dialéticas nacionais, transnacionais e globais? E o mais importante: como lograr um processo de libertação em um terreno democrático?

Esse «caminhar perguntando» também esteve presente na trajetória de Pablo González Casanova, essência de uma postura intelectual crítica e reflexiva. Nesse primeiro ensaio sociológico sobre a natureza da exploração, o sociólogo revela três preocupações fundamentais (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969): 1) Desenvolver uma teoria social da exploração, analisando seus atributos e determinações históricas; 2) Assumir o materialismo histórico-dialético como método de análise e produção de conhecimento para superar as contradições históricas da exploração e 3) A consolidação de uma sociologia autêntica com uma postura de pesquisa militante. Isso implicou um desafio e, ao mesmo tempo, uma capacidade criativa em relação às perguntas a serem feitas e, em particular, sobre quais caminhos escolher na criação de uma “ciência para uma causa popular”

(BONILLA et. al, 1972), construída a partir dos sujeitos históricos e que se vincule a uma interpretação crítica e coerente dos fenômenos sociais em sua complexidade. Um elemento dessa «ciência popular» era não incorrer nos silêncios e silenciamentos de uma pretensa história universal (TROUILLOT, 2018 [1995]), colocando no centro da discussão a análise cuidadosa da cultura oprimida, enquanto aparato ideológico resultante da sedimentação de grupos e classes sociais em uma formação nacional (CASIMIR, 2018 [1980]).

Pablo González Casanova é um intelectual forjado nesse processo histórico. Um aprendiz inquieto que não se contenta em ser o receptáculo de uma teoria social criada no norte global para ser assumida, sem questionamentos, como a estrutura universal a ser reproduzida de maneira cartesiana ou dogmática. Ao contrário, desde sempre González Casanova aprendeu a *sulear*<sup>5</sup> (FREIRE, 1992) seu olhar analítico, tornando-o uma *práxis* intelectual posicionada, em um reconhecimento do Sul em suas epistemologias, em suas ontologias e em seus sujeitos históricos, em um horizonte de construção de uma *práxis* teórico-política para a libertação e a emancipação.

Em uma apropriação do pensamento crítico e da *práxis*, compreendeu que a ciência social crítica é a ciência das lutas, e que “o saber latino-americano, rebelde e crítico, tendeu a combinar, mais que a enfrentar ou contrapor-se, o tipo de lutas que o saber de outros mundos aprisionou em compartimento separados (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b, p. 311, tradução nossa). Nessa direção, González Casanova elaborou uma teoria social em consonância com a leitura crítica das determinações históricas de nossa formação social, situando a exploração e as e os oprimidos enquanto chaves analíticas na elaboração de uma sociologia do poder e da exploração (ROITMAN ROSENMANN, 2009) e de uma sociologia da emancipação. Portanto, dedicou-se a elaborar uma análise precisa

---

<sup>5</sup> O termo foi desenvolvido por Paulo Freire a partir de diálogos com seu amigo Márcio Campo, um físico, que questionava a forma de localização dos pontos cardeais determinada pelo hemisfério norte. Sabiamente, Paulo Freire identificou que: “Em qualquer referencial local de observação, o Sol nascente do lado do Oriente permite a orientação. No hemisfério Norte, a Estrela Polar, Polaris, permite o norteamento. No hemisfério Sul, o Cruzeiro do Sul permite o “SULeamento”.” (FREIRE, 1992, p. 113).

acerca dos elementos e dinâmicas constitutivos da exploração, do colonialismo, do imperialismo, da crise e hegemonia, da democracia, conceitos imprescindíveis a essa sociologia comprometida, sobretudo para a análise do desenvolvimento do capitalismo na região latino-americana e caribenha como uma relação histórica concreta.

Neste artigo, recupero quatro categorias fundantes da teoria social de Pablo González Casanova, as quais considero centrais em seu pensamento intelectual e que demarcam o trânsito entre a sociologia da exploração à sociologia da emancipação: o colonialismo, a exploração, hegemonia e crise, e a autonomia de classe. Ao apresentá-las, enfatizo os percursos analíticos de González Casanova e, em particular, desde onde ele situa as possibilidades para pensar e construir horizontes emancipatórios.

## **2 Os problemas, somos nós que os colocamos**

Ao adentrar a obra intelectual de Pablo González Casanova, identificamos aqueles que inspiraram suas reflexões teórico-políticas: José Carlos Mariátegui, Karl Marx, Vladimir I. Lênin e Antonio Gramsci<sup>6</sup>, os movimentos revolucionários e, sobretudo, os povos originários da América Latina. No caso destes últimos, González Casanova reconheceu que é fundamental situar os povos indígenas na problemática nacional e regional, para estabelecer as devidas articulações interpretativas da dialética colonial passada e contemporânea, a estruturação das formas de dominação, exploração e poder, a natureza da desigualdade (de uma classe sobre outra; de uma região sobre outra), além dos vazios na consolidação de um processo verdadeiramente democrático.

Desde seus primeiros escritos, Pablo González Casanova parte de uma cuidadosa revisão da história para reposicionar os povos indígenas, no

---

<sup>6</sup> Em seu escrito "Proceso y análisis de investigación: autopercepción intelectual de un proceso histórico" (González Casanova, 2009a), o sociólogo mexicano nos apresenta os fundamentos políticos e teóricos de sua formação intelectual nos estudos filosóficos, sociológicos e do marxismo, como também da experiência histórica das revoluções, em especial, da Revolução Mexicana, e dos movimentos revolucionários e democráticos de Cuba, Haiti, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Chile.

âmbito da análise sociológica, como sujeitos do processo histórico de sua existência e de um tensionamento contínuo do Estado-nação e da forma assumida pela luta de classes na América Latina. Em outros termos:

A história dos “índios” e dos “camponeses” é una<sup>7</sup> e a mesma até os tempos presentes. Poderia ser considerada como a história de um Estado e de uma sociedade onde o povo trabalhador foi tratado como um povo colonizado, desde o capitalismo mercantil até o capitalismo global, seja por causa de sua “raça” ou de sua cultura, ou para além da “raça” e da cultura, como ocorre com os brancos “pobres” do Caribe, ou com os pobres da América Latina – mais brancos que índios – aqueles que são tratados como colonizados, situação que afeta toda sociedade e o Estado, assim como as lutas nacionais e de classes (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 307, tradução nossa).

Pablo González Casanova manteve um frutífero diálogo com os processos políticos articulados pelos movimentos indígenas no México. Particularmente, a insurgência armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), constituiu um referente teórico e político na produção intelectual de González Casanova. Inclusive, nos espaços em que participou como convidado do EZLN, González Casanova enfatiza uma aprendizagem em relação com o mundo indígena, (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b): “os problemas, somos nós que os colocamos”.<sup>8</sup> E manteve seu compromisso ético e intelectual, no sentido de ajustar as lentes sociológicas para identificar quais seriam as grandes problemáticas que deveriam ser analisadas, não desde uma concepção da história que toma Europa como o centro de onde emana a história social das civilizações, ou ainda em uma análise centrada unicamente no Estado.

Ao contrário, Pablo González Casanova coloca no centro aqueles que, no processo histórico, são os que vivenciam, na carne, como cultura oprimida e classe social em luta permanente, as contradições inerentes à nossa formação sócio-histórica. Por essa razão, sempre se interessou em situar, a partir da ótica dos povos indígenas, ou ainda desde o reconhecimento de sua existência milenária, o ponto de partida para uma

---

<sup>7</sup> No texto original, o termo “una” vem do latim, de unidade. Não é equivalente ao artigo indefinido “uma” no português. Portanto, mantenho o primeiro sentido, de unidade.

<sup>8</sup> Em ocasião de sua participação no “Primer Coloquio Internacional In Memoriam Andrés Aubry, realizado em 2007, no Cideci, Chiapas, Pablo González Casanova cita esta frase dita por Aubry ao lhe compartilhar uma aprendizagem sua ao visitar um Caracol Zapatista.

análise precisa acerca dos fenômenos que ocupam nossa história passada e presente, e perguntar-se: quais seriam os problemas apresentados pelos povos indígenas que merecem ser analisados criticamente?

Em sua obra, identificamos três questões centrais que demarcam o lugar histórico dos povos indígenas e sua relação com o Estado: o colonialismo, a exploração e a crise da democracia. Para González Casanova, essas categorias possuem um potencial de explicação sociológica do fenômeno do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da marginalização; também da natureza das classes sociais e de seus antagonismos, nos planos nacionais e globais. Do mesmo modo, são conceitos que evidenciam a essência da configuração das classes sociais e da luta de classes na América Latina e Caribe, elemento que nos permite situar quem são os sujeitos da emancipação.

### **3 *Colonialismo em sua face interna e internacional***

No centro da análise de González Casanova, o colonialismo é considerado um fenômeno integral e intercambiável de categoria internacional para categoria interna (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969). Quando a colonização se consolidou, formou-se uma estrutura colonial cuja finalidade política e econômica era a de promover um processo de pleno desenvolvimento da metrópole em escala internacional, sob o monopólio e a exploração dos bens naturais e da força de trabalho nas colônias, além da promoção do mercado para a circulação de mercadorias e outros insumos.

A instauração da ordem colonial demarcou um novo padrão de dominação nas relações sociais, culturais e econômico-políticas marcado pelo colonialismo, que penetra todas as instâncias da organização material, simbólico-ideológica e subjetiva da vida na colônia. Em uma perspectiva clássica, o colonialismo é caracterizado pelo monopólio que um país exerce sobre o outro, impondo um lugar sócio-histórico à colônia, que passa a assumir os seguintes atributos: 1) a condição de economia complementar à

metrópole; 2) de dependência econômica da metrópole; 3) fornecedora de mão de obra barata; 4) de padrões de vida inferiores; e 5) de aplicação de sistemas repressivos aos conflitos de classe (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969).

De acordo com González Casanova (1969), além do monopólio e da dependência, o colonialismo se expressa na cultura e nos padrões de vida por meio do estabelecimento de uma hierarquia social baseada em critérios étnico-raciais. O autor enfatiza que “o racismo e a segregação racial são essenciais para a exploração colonial, de alguns povos por outros, e influenciam todas as formas de desenvolvimento e cultura colonial. [...] O racismo e a discriminação correspondem à psicologia e à política tipicamente coloniais” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 237, tradução nossa). O colonialismo, portanto, gera implicações em termos subjetivos, de uma psicologia social marcada pelo racismo, pela discriminação e por um processo de desumanização do colonizado, sedimentado nas relações sociais e produtivas. Nas palavras de González Casanova (1969, p. 238, tradução nossa):

Essa psicologia, com regras de tratamento muito complicadas, preconceitos e formas de percepção do homem colonizado como uma coisa, está vinculada às formas de política interna da sociedade colonial, a uma política de manipulação e discriminação que aparece na ordem jurídica, educacional, linguística, administrativa e que tende a sancionar e aumentar o “pluralismo” social e as relações de dominação e exploração características da colônia.

González Casanova esclarece que o colonialismo não é um fenômeno que opera apenas em uma esfera internacional, “mas dentro da mesma nação, na medida em que há nela uma heterogeneidade étnica, em que se ligam certos grupos étnicos aos grupos e classes dominantes, e outros aos dominados” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965, p. 89, tradução nossa). Ao ser incorporado à dinâmica social nacional, o colonialismo se amplia a um colonialismo interno, que (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 240, tradução nossa):

[...] corresponde a uma estrutura de relações sociais de dominação e exploração entre grupos culturais heterogêneos e distintos. Se ela tem alguma diferença específica em relação a outras relações de dominação e exploração [...] é a heterogeneidade cultural que historicamente produz a conquista de alguns povos por outros, e

que nos permite falar não apenas de diferenças culturais (que existem entre a população urbana e rural e nas classes sociais), mas de uma diferença de civilização.

O conceito de *colonialismo interno* desenvolvido por González Casanova constitui uma contribuição conceitual para a inovação teórico-analítica do antagonismo social e das esferas de dominação na América Latina e no Caribe, fundamentalmente por dimensionar a natureza do poder e da exploração não apenas na esfera da ordem colonial ou das relações produtivas inerentes à acumulação originária e ao desenvolvimento do capitalismo, mas também nas formas mais profundas que estabelecem as conexões entre sociedades heterogêneas em contextos nacionais e na geopolítica internacional.

O sociólogo mexicano considerava que o colonialismo também era um fenômeno interno observável nos processos de independência das antigas ex-colônias da América Latina, África, Ásia e Oceania, cujas experiências de autonomia política levaram ao surgimento de novas relações sociais e desafios concretos à consolidação das ideias de independência e desenvolvimento (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963). Em outras palavras, o colonialismo, como um fenômeno integral perceptível em suas facetas internacionais e internas, constituiu um desafio à legitimação da autonomia política e ao pleno exercício da democracia em contextos pós-independência. Por essa razão, a apreensão analítica do colonialismo interno favorece um “potencial para a explicação sociológica do subdesenvolvimento e para a explicação operacional dos problemas das sociedades subdesenvolvidas” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963, p. 17, tradução nossa).

Nessas prístinas formulações, a preocupação de González Casanova era contribuir para um estudo objetivo e sistemático do fenômeno do colonialismo interno no contexto político das novas nações que, segundo ele, “preservam o caráter dual da sociedade e um tipo de relações semelhantes às da sociedade colonial” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 239, tradução nossa). Por outro lado, deve-se ressaltar que a abordagem intelectual do conceito de colonialismo interno foi desenvolvida ao longo

da década de 1960, um processo que foi acompanhado por uma segunda preocupação analítica de González Casanova sobre como definir, sociologicamente, as sociedades latino-americanas. O pensador mexicano atribuiu a essas sociedades o caráter de sociedades duais ou plurais, caracterizadas por uma heterogeneidade cultural, econômica e política que divide cada país em dois ou mais mundos, com características diferentes, sob a dominação e a exploração de alguns grupos culturais por outros. Assim, a marginalização, a sociedade plural e o colonialismo interno são legados do passado colonial que persistem contemporaneamente nos países latino-americanos, sob novas formas que caracterizam a sociedade e a política nacional.

A recepção dos conceitos de “colonialismo interno” e “sociedades duais” estimulou um debate fértil na teoria social latino-americana, especialmente em um momento de aspiração de consolidar uma produção intelectual original. Nesse campo, Pablo González Casanova recebeu duras críticas a ambos os conceitos por parte de Rodolfo Stavenhagen (1981) e André Gunder Frank (1973). No caso de Gunder Frank, este imputou um caráter burguês à tese de González Casanova, alegando que ela se referia a “tentativas de justificar e encobrir o imperialismo e/ou o revisionismo” (GUNDER FRANK, 1973, p. 205, tradução nossa). Na perspectiva do autor, é insuficiente supor que o colonialismo interno seja uma das causas do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, uma vez que os parâmetros de desenvolvimento ou subdesenvolvimento não se limitam a uma dinâmica desigual de diferenciação social ou cultural. Argumenta ainda que, em vez disso, a condição subdesenvolvida é o resultado das contradições inerentes ao desenvolvimento estrutural do capitalismo. Portanto, deveria ser analisada à luz da teoria de classes e em estreita conexão com uma teoria do imperialismo, uma expressão do colonialismo externo.

Por sua vez, em Rodolfo Stavenhagen, a crítica está na aplicação do termo “dual” para explicar a existência de duas sociedades, uma capitalista e outra feudal, ou mesmo uma moderna e outra arcaica, assim definidas

pelo princípio da disparidade social, cultural e econômica. Para Stavenhagen, embora coexista uma estrutura social e econômica dual, uma de tipo feudal com uma base social conservadora, composta por uma aristocracia latifundiária e relações políticas clientelistas, e outra caracterizada por núcleos de uma economia capitalista, ambas devem ser interpretadas dialeticamente, como consequência de um único processo histórico que representa “o funcionamento de uma única sociedade global da qual ambos os polos são partes integrantes” (1981, p. 17, tradução nossa).

Motivado por esse debate, Pablo González Casanova escreveu uma redefinição do conceito, fazendo mudanças e adaptações em seu texto sobre o colonialismo interno, que passou por revisões nas primeiras versões, de 1963 e 1969. Na publicação da redefinição, em 2003, González Casanova ressalta que o conceito se tornou uma categoria tabu em diferentes correntes ideológicas de análise do imperialismo, nacionalismo, das esquerdas e do marxismo, até mesmo do socialismo (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003a). Além disso, o autor revela suas fontes teórico-metodológicas para o desenvolvimento do conceito: 1) a questão nacional, na obra de Lênin, para pensar as estratégias de autodeterminação das nações e os desafios para a concretização de um processo socialista revolucionário em um país marcado pela presença de diferentes grupos étnicos e que merecia “a solução do problema das nacionalidades e grupos étnicos oprimidos no estado czarista até o triunfo da revolução bolchevique.” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003a, p. 05, tradução nossa); 2) a problemática nacional e a questão indígena nas análises de José Carlos Mariátegui e 3) as contribuições de Antonio Gramsci no estudo dos campos de luta nas relações entre o norte e o sul da Itália, que destacam o problema da unidade na diversidade para a formação de um bloco histórico em direção às autonomias políticas.

González Casanova também revela a rota genealógica de sua própria obra para elaborar e refinar sua análise do colonialismo interno, baseando-se também nos esforços de Wright Mills (1963), que usou o termo pela primeira vez. Enfatiza González Casanova que, no século XXI, há uma

redefinição histórica das categorias de dominação que ampliam as escalas do colonialismo (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003a, p. 20, tradução nossa): “O triunfo mundial do capitalismo sobre os projetos comunistas, social-democratas e de libertação nacional, as políticas globalizantes e neoliberais das grandes empresas e os grandes complexos político-militares tendem a uma integração da colonização inter, intra e transnacional.”

Ao demarcar historicamente o conceito de colonialismo interno, Pablo González Casanova destaca o movimento dialético assumido pelo que ele denomina de “mediação colonial”<sup>9</sup> na dinâmica de exploração e dominação em diferentes escalas - internacional, nacional e transnacional - e suas reverberações na marginalização, no subdesenvolvimento e na desigualdade dos países que ocuparam o *status* histórico de colônias. O significado atribuído à “mediação colonial” refere-se às gradações do colonialismo em seus níveis de interferência para maximizar o domínio do capitalismo global. No século XXI, isso inclui a reestruturação dos sistemas sociais, com refuncionalizações de classes, camadas e setores médios e de políticas de distribuição para a articulação e combinação de forças ligadas ao capitalismo (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003a, p. 21, tradução nossa), conforme destaca:

[...] desde os complexos militar-empresarial e científico, por meio de suas redes financeiras, tecnológicas e comerciais, até a organização dos complexos empresariais das chamadas empresas transnacionais e multinacionais que controlam tudo, desde seus próprios bancos, passando por sua mídia publicitária, até seus mercados de serviços, mercadorias, territórios e “consciências”. [...] Todos eles trabalham na forma de um sistema autorregulável, adaptável e complexo que tende a dominar o sistema-mundo sem dominar as imensas contradições que ele gera. Em suas políticas, há espaço para os diferentes tipos de colonialismo organizado que se combinam, se complementam e se articulam em projetos associados para a maximização dos lucros e do poder das empresas e dos Estados que as apoiam.

---

<sup>9</sup> Aqui, Pablo González Casanova estabelece um diálogo com o marxismo clássico na análise da exploração no contexto da Inglaterra. Para o autor (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998), naquela época do estudo rigoroso da exploração, Marx tinha dificuldades em compreender a importância do colonialismo, priorizando uma abordagem da exploração baseada na mediação do mercado de trabalho. Deve-se destacar que a observação de Casanova foi feita na década de 1990, quando os escritos de Marx sobre a questão colonial ainda não haviam sido retomados. Hoje, são notórios os esforços contemporâneos para recuperar a questão colonial na obra de Marx, especialmente o Caderno de Londres nº XIV sobre Colonialismo, de 1851.

González Casanova afirma que esse processo acentua a marginalização, a exclusão e a eliminação das populações mais discriminadas e desfavorecidas (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003a). Marginalização, para González Casanova (2009a), significa estar à margem do desenvolvimento do país, não participar do desenvolvimento econômico, social e cultural. Nessa condição marginal estão as populações que não têm nada, uma situação característica das sociedades subdesenvolvidas com distribuição desigual de riqueza, de cultura geral e técnica, e que têm dois ou mais conglomerados socioculturais, um dominante e outro dominado. A primeira dinâmica interna da desigualdade é a separação entre aqueles que participam do desenvolvimento e aqueles que estão à margem do desenvolvimento. No caso dos países latino-americanos, a população indígena é aquela que está em uma posição social muito marginalizada e tem quase todos os atributos de uma sociedade colonial. É por essa razão que González Casanova (1965) apresenta a premissa, em diálogo com Mariátegui, de que a questão indígena constitui um problema de colonialismo interno, um fato que não está presente na consciência nacional, já que estamos “acostumados a pensar no colonialismo como um fenômeno internacional, não pensamos em nosso próprio colonialismo” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965, p. 104, tradução nossa).

González Casanova (1969) analisa que, nas colônias, há racismo, discriminação, exploração do tipo colonial, formas ditatoriais, alinhamento simbólico-ideológico de uma população dominada por outra, de raça, cultura e classes diferentes. O autor aponta duas formas de colonialismo interno: na primeira, a metrópole exerce o monopólio do comércio e do crédito indígena, promovendo relações de troca desfavoráveis aos indígenas em uma descapitalização permanente. Nesse contexto, as comunidades sobrevivem da monocultura e dependem da economia nacional. A segunda forma de colonialismo interno assume a forma de uma exploração conjunta da população indígena por diferentes classes sociais da população mestiça e/ou branca. A exploração é combinada em

uma mistura de feudalismo, capitalismo, escravidão, trabalho assalariado e forçado, parceria, peonagem e serviços gratuitos.

A partir de uma análise das expressões do colonialismo em sua face interna, Pablo González Casanova o articula a uma dimensão internacional e transnacional, no sentido de verificar como a dialética do colonialismo opera no *continuum* da exploração em escala global. Como fenômeno integral, o colonialismo se atualiza e se reproduz, a partir da mediação colonial que se incorpora ao próprio processo de consolidação capitalista, manifestando-se na forma imperialista. Nessa reconfiguração de um capitalismo globalizado, a exploração é aprofundada e um padrão de colonialismo, agora de caráter global, é mantido na relação centro-periferia.

Isso interfere diretamente na dinâmica interna e externa do Estado-nação, em termos do papel cultural e político-econômico desempenhado por suas forças políticas e, sobretudo, no aprofundamento de uma integração internacional e transnacional dependente e subordinada. Essa forma de integração também pode levar a crises que impedem a consolidação de um processo democrático, no qual a sociedade como um todo assume seu lugar em termos de participação política efetiva.

#### **4 Exploração global**

Ao situar o colonialismo (interno e global) como um fenômeno integral que determina a natureza do Estado-nação, dos grupos ou classes sociais, das forças políticas e produtivas e das relações sociais estabelecidas nos níveis nacional e internacional, González Casanova aprofunda sua análise com relação ao lugar da exploração nos processos históricos marcados pelo estabelecimento de uma ordem colonial e capitalista. Nesse contexto, estabelecer uma abordagem sociológica da exploração é uma questão fundamental para interpretar os horizontes históricos da luta de classes. Uma premissa fundamental apresentada por González Casanova é o

reconhecimento da própria existência da exploração, como conceito e fenômeno, e sua ordem de magnitude (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998). De acordo com seu prisma analítico, a exploração constitui um conceito com possibilidades heurísticas e práticas, ainda pouco analisado no debate marxista clássico. Nessa direção, essa premissa permite:

[...] construir pontes entre a análise estrutural e a histórica; entre as relações sociais, econômicas, políticas e culturais; entre a alienação econômica e a alienação teórica ou ideológica; entre as lutas políticas, as utopias e os interesses ávidos por manter as relações de exploração e capazes não apenas de atos máximos de repressão, mas também de cooptação, mediação e mediatização mercantil, política, tecnológica, trabalhista, organizativa, estrutural e sistêmica" (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 173, tradução nossa).

A exploração, como categoria essencial, permite um duplo movimento: por um lado, a interpretação crítica do conjunto de mediações inerentes ao colonialismo e ao capitalismo; por outro, que aqueles setores que buscam construir e conduzir alternativas tenham uma compreensão clara da estrutura social que sustenta a exploração, a dominação e o poder, condição que lhes permite identificar suas contradições e as possibilidades de superá-las. González Casanova aponta para uma diferenciação de abordagem, entre o marxismo clássico e a teoria crítica na história contemporânea, com respeito à exploração como categoria, particularmente com relação a suas formas e substâncias. Nessa direção, Pablo González Casanova identifica três diferenças na abordagem da exploração (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998): 1) no período clássico, a exploração entre o empresariado e os trabalhadores era colocada em termos de antagonismo e da luta de uma classe contra a outra. Na atualidade, a exploração não gera necessariamente efeitos diretos e lineares na luta de classes; nem as insurreições levam a processos revolucionários; 2) os sistemas e subsistemas de exploração se tornaram mediatizados e globalizados; 3) a centralidade do colonialismo e da mediação colonial na demarcação de uma nova história universal de mediações. Em suas palavras (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 177, tradução nossa):

Marx e seus sucessores passaram a entender e incluir a *mediação colonial* em sua análise da exploração e suas alternativas, embora nem sempre percebessem que se tratava de uma mediação que, com muitas outras, deu início a *uma nova história universal de mediações*. As mediações assumiram uma presença enorme e seus atores desempenhariam um papel protagônico que nunca haviam desempenhado antes na compreensão e mudança da sociedade e do Estado.

Outra importante contribuição teórica na obra de Pablo González Casanova diz respeito ao papel histórico da “mediação colonial” e o seu vínculo com o que o autor chama de “uma nova história universal das mediações”, em termos de uma complexificação da estrutura e das formas de exploração em uma perspectiva global. Podemos até inferir que o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo em escala global evidencia elementos substantivos dessa mediação colonial nas relações estabelecidas entre centro e periferia. Vejamos esse processo nos termos do autor (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 177, tradução nossa):

Após a nova história, não apenas a estrutura da exploração mudou, mas também o conjunto dos sistemas e subsistemas em que operam como uma relação social característica de todo o sistema ou que, de diferentes formas, está presente nas diferentes partes do sistema e permite o funcionamento do conjunto. [...] Não era mais apenas uma luta centrada na mais-valia; era uma luta reestruturada, mediatizada e universalizada pelo excedente e pela distribuição do produto dentro das nações e em escala global.

Para Pablo González Casanova, à medida que o capitalismo se consolida em sua face imperialista, a exploração aumenta na periferia global e o colonialismo se expande em seus aspectos comerciais, tributários, produtivos, financeiros, monetários, culturais e políticos (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998). Na dialética da exploração em escala global, surge uma enorme população que se oferece para trabalhar como e onde puder (González Casanova, 1998), em um movimento quase inevitável entre ser explorado a ser excluído.

Ao lançar luz sobre a precisão dessa análise no caráter espoliador do capitalismo do século XXI, são clarividentes as diferentes tramas dessas mediações na exploração global. Neste século, os países periféricos permanecem presos em um colonialismo global, como regiões

fornecedoras de matérias-primas, mão de obra barata e escravizada, além de se tornarem zonas de sacrifício (SVAMPA, 2019), em nome de um desenvolvimento baseado na espoliação territorial, no saque violento e predatório, na desterritorialização, nos fluxos migratórios resultantes do aumento da violência, da pobreza e da desigualdade, e em uma profunda crise de democracia e hegemonia. No caso da América Latina, a exploração global afeta toda a sociedade, mas sua face mais cruel encontra-se no meio rural, pois a região é considerada estratégica para o capital financeiro e transnacional, sobretudo por ser reduto de água, minérios, energia eólica, solar, sementes, terras, entre outros bens naturais de grande interesse econômico. A disputa territorial se dá entre conglomerados econômicos ligados ao capital transnacional, forças políticas internas e os povos indígenas, camponeses, ribeirinhos, comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores, entre outros, que defendem seus territórios contra a ofensiva do capitalismo por espoliação, portanto, do capitalismo global.

Isso implica situar a natureza das classes, seus antagonismos e a luta política em outras configurações que não se limitam aos termos da abordagem marxista clássica. De acordo com González Casanova (2017), a luta de classes na América Latina contra a exploração e a discriminação não pode ser compreendida sem uma análise concreta da luta colonial e neocolonial. Em sociedades marcadas pela fundação de uma ordem colonial, como é o caso das sociedades latino-americanas, a análise do Estado e da própria sociedade requer adentrar no que o autor chama de “metamorfose do colonialismo e do capitalismo”, como marco analítico para interpretar as determinações históricas de opressão, exclusão e midiaticização na luta de classes. Nos termos de González Casanova “nem o Estado latino-americano pode ser entendido sem uma sociedade multiétnica, nem a construção democrática, popular e nacional pode deixar de expressar e representar essa sociedade.” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 308, tradução nossa). Em nossas sociedades, o nó dialético entre o colonialismo e o capitalismo é transmutado em um sistema colonial e

neocolonial que se consolida por meio de uma justaposição de desigualdade colonial. Em suas palavras (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 298, tradução nossa): “Destruir o colonialismo e o neocolonialismo exige articulações políticas e revolucionárias muito mais complexas do que uma simples luta de raças e classes.”

No campo da teoria crítica, González Casanova faz uma importante advertência àqueles que consideravam os povos indígenas e não indígenas como “simplesmente categorias antagônicas e contraditórias” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a), uma visão equivocada da natureza da luta de classes na América Latina e no Caribe. Por essa razão, ele enfatiza que a definição dos termos da luta de classes na região requer uma compreensão adequada das complexidades da construção da unidade política na diversidade, o que implica estabelecer desafios concretos (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a): 1) compreender que o processo de identificação dos povos indígenas com a cultura nacional e estatal, reconhecendo-se como parte de uma “raça mestiça” constitui “um obstáculo tão sério à consciência e à identidade do índio quanto sua fusão permanente com o camponês, o trabalhador agrícola e a classe trabalhadora.” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 299, tradução nossa); 2) apreender o caráter consubstancial e inseparável da luta das etnias e dos povos colonizados também como uma luta de classes; 3) que a luta de classes não é apenas contra a exploração, mas também contra a discriminação, a humilhação e a opressão.

Um aspecto medular da análise de Pablo González Casanova é justamente ter presente o papel histórico que os povos indígenas desempenham no tensionamento do Estado-nação, especialmente por desvelar, em sua condição histórica de oprimidos, as contradições inerentes a um projeto nacional que se funda nas tramas do colonialismo e da exploração global. Para González Casanova (1996), a luta histórica na América Latina é entre os grupos étnicos coloniais e o Estado, que é multiétnico. Em um prisma sociológico, González Casanova situa a categoria “índio” como marco analítico da luta de classes contemporânea,

que não se limita ao antagonismo entre “burguesia e proletariado”, em termos clássicos, mas que se atualiza e reivindica outras formas de nomear a classe em si, para si e em luta permanente. Argumenta que a categoria “índio” não desapareceu e mantém seu significado colonial. Em si mesma, constitui uma categoria social, mas carece de expressão como categoria política (GONZÁLEZ CASANOVA, 1996). Isso se deve ao fato de que, ao cristalizar o amálgama de uma identidade nacional ou de uma cultura nacional, a presença histórica dos povos indígenas é suplantada, tornando-se um obstáculo à conscientização de sua própria identidade cultural e política e, portanto, um obstáculo adicional à sua unificação como categoria social e política (GONZÁLEZ CASANOVA, 1996).

Entretanto, argumenta González Casanova (1996), os povos indígenas são a principal matriz do campesinato latino-americano, ao tempo em que são a categoria social remanescente e renovada das relações coloniais de produção. Em uma perspectiva histórica, os povos indígenas estão posicionados contra a persistência da era colonial clássica e do neocapitalismo periférico estratificado. A sensibilidade analítica de Pablo González Casanova em relação à história social e política da América Latina o levou a indagar sobre o caráter do Estado e o caráter das lutas. O surgimento do movimento zapatista, em meados da década de 1990 e sua consigna política “nunca mais um México sem nós”, constituíram um referente central no argumento analítico de González Casanova sobre o papel histórico dos povos indígenas, especialmente nos horizontes da superação da exploração e nos caminhos da construção e consolidação da democracia. A problemática indígena, como um fenômeno colonial e neocolonial, esteve sempre presente na análise de Pablo González Casanova. Entretanto, a experiência cultural e política do zapatismo levou González Casanova a captar a transcendência da comunidade como uma estrutura social de entramados organizativos e políticos complexos; a existência da comunidade é uma expressão da transcendência histórica da resistência:

O índio transforma sua comunidade em uma estrutura social preparada para resistir à longa guerra colonial. A comunidade indígena é muito mais do que um refúgio. Ela é a base social para a produção, o comércio, a migração, a rebelião e a política [...] A estrutura interna da comunidade indígena contribui para a compreensão de sua força (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 293, tradução nossa).

A comunidade indígena e sua força política se transmutam na criação dos Caracóis<sup>10</sup> Zapatistas e das Juntas de Buen Gobierno,<sup>11</sup> uma nova forma de pensar e realizar a luta política baseada em redes de resistência e autonomia (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003b) González Casanova destaca:

[...] também apontam para a construção de um Estado pluriétnico que fortaleça a unidade na diversidade e a articulação das comunidades locais, municipais, regionais e nacionais, incluindo o particular e o universal. O novo pacto de direitos humanos não incluirá apenas o direito à igualdade, mas também os direitos às diferenças. Não incluirá apenas os direitos das nações, dos trabalhadores e dos camponeses: também constituirá um sistema de democracia com poder dos povos, pelos povos e com os povos para decidir, no uso de suas autonomias, sobre programas sociais, econômicos, culturais e políticos dentro de um pluralismo que também respeite as diferentes culturas, crenças, filosofias e raças, e que seja guiado pelos conceitos de democracia, justiça e liberdade como valores universais (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 241, tradução nossa).

A estrutura organizativa dos municípios autônomos zapatistas, com o governo autônomo e os trabalhos coletivos, abriu caminho para imaginar outra concepção de política, de democracia, alinhada com o “povo”, o sujeito histórico do discurso revolucionário latino-americano e caribenho, aquele que deve tomar o caminho da libertação e da emancipação em suas próprias mãos.

---

<sup>10</sup> Os Caracóis são os centros regionais administrativos e logísticos, responsáveis pela coordenação das atividades internas e externas dos Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ). Em 2003, havia cinco Caracóis e estes foram ampliados, em 2019, com mais onze, agora também chamados de Centros de Resistência Autônoma e Rebelião Zapatista (CRARZ).

<sup>11</sup> Constituem o coração administrativo do Caracol. Estão conformadas por um(a) dois delegados(as) dos Conselhos Autônomos dos MAREZ, que são eleitos pela assembleia, principal instância participativa. As Juntas de Bom Governo conduzem todas as demandas que chegam ao Caracol e cumprem um mandato de dois anos, sem receber qualquer remuneração para o exercício do cargo para o qual foram eleitos(as). Para um maior aprofundamento, vide Barbosa (2015; 2016).

## 5 La autonomia de classe: caminho para a emancipação

O desenvolvimento de uma sociologia da exploração permitiu que Pablo González Casanova apresentasse os elementos básicos para a análise crítica de como se caracteriza o processo de consolidação do capitalismo sob uma estrutura colonial e racista, a natureza do Estado-nação, dos grupos e classes sociais e, sobretudo, as reconfigurações contemporâneas do poder e da exploração, nos planos nacional e global. Em um diálogo com a teoria marxiana, González Casanova é enfático ao afirmar a existência de novos elementos que caracterizam a luta de classes: “temos que perceber que a luta pela independência, assim como a luta de classes, mudou. A estruturação das relações entre as classes, e a estruturação interna de cada classe, não é igual àquela de duzentos anos atrás” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b, p. 304, tradução nossa). Para González Casanova, as lutas sociais realizadas no final do século XX, marcadamente contra a exploração, articulavam uma abordagem política baseada na construção de mediações que lhes permitiriam alcançar o ideal de uma “democracia para todos”:

[...] no terreno político e cultural se deve repensar o problema do respeito ao pluralismo religioso, ideológico e cultural, ou o problema da unidade na diversidade. É assim que aparece o problema de um sistema mundial de exploração que os cidadãos, trabalhadores, povos e etnias tem que enfrentar quando queiram construir uma democracia de todos, isto é, uma democracia que não se limite a escolher entre dois ou mais partidos que mais ou menos mudem algo (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 183, tradução nossa).

Nesse sentido, González Casanova argumenta que o conjunto dessas lutas enfrenta três tipos de crise: 1) a crise econômica; 2) a crise hegemônica; e 3) a crise sistêmica (GONZÁLEZ CASANOVA, 1998). Como analisa González Casanova (1996), toda crise implica um acirramento das lutas e um rearranjo das forças sociopolíticas, uma vez que a própria crise revela um caudal de contradições nacionais e de classe que se expressam na política, na economia, na ideologia e na repressão. Uma crise desemboca em novas formas hegemônicas de governo e de persuasão das

massas, bem como em novas linguagens de condução na articulação do político.

A crise, como fenômeno histórico, revela as antinomias que afetam a ordem social, em sua organização interna, no conjunto de normas sociais e em suas instituições políticas, alimentando certas problemáticas que não podem ser resolvidas sem tocar nas contradições mais profundas de nossa formação sócio-histórica. Pablo González Casanova argumenta que, na luta por uma nova hegemonia, a vontade coletiva se manifesta como vontade coletiva nacional contra o imperialismo como capital monopólico e como Estado (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017). Uma característica concreta da hegemonia dos países latino-americanos é o fato de que eles combinam as formas mais tradicionais da cultura colonial com as do neocolonialismo e do neocapitalismo cultural.

Isso significa que a hegemonia na América Latina assume algumas especificidades: 1) a luta pela hegemonia da classe trabalhadora ocorre em um Estado não hegemônico; 2) a transição do colonialismo cultural para o neocolonialismo, que penetra não apenas as relações de dominação, mas pode se manifestar até mesmo em atos de rebelião e no próprio pensamento revolucionário; 3) a luta pela hegemonia parte da questão nacional e da questão democrática como elementos unificadores de uma população heterogênea; 4) a classe trabalhadora atua em uma sociedade multiforme, na qual a hegemonia do proprietário como proprietário não se expressa claramente; 5) no âmbito da direção partidária, estabelece-se uma distância de linguagens e conceitos entre a vanguarda e as massas, típica de uma dimensão colonial (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017).

Essa caracterização da hegemonia no contexto político latino-americano impõe desafios concretos para se pensar a essência do proletariado na América Latina e como articular a construção de uma nova hegemonia. Isso porque, em nossas regiões, predominou um desenvolvimento desigual e combinado de modos de produção e culturas considerados diferentes daqueles dos países capitalistas avançados e que mantêm uma combinação de racismo e neocapitalismo. Diante desse

desafio, González Casanova avança em sua reflexão teórico-política ao propor a “autonomia de classe”, uma categoria que foi analisada em seus escritos da década de 1980,<sup>12</sup> para pensar a unidade da classe trabalhadora no contexto da luta de classes. Em suas palavras (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 377-378, tradução nossa):

A luta por uma nova hegemonia começa com a luta pela autonomia das organizações, pela autonomia da consciência, a moral e a disciplina. [...] Se complementa -após a tomada do poder ou para a tomada do poder – com experiências de órgãos de poder popular, em comitês dessa, em sistemas de co-governo, de participação, cogestão e autogestão, em “assembleias de reativação das fábricas” e nos “Conselhos de Produção [...]

A inspiração para a elaboração da categoria “autonomia de classe” vem da observação dos processos revolucionários em Cuba, Nicarágua e El Salvador, na construção cotidiana do socialismo. Na perspectiva de González Casanova, esses processos constituíram, em si mesmos, uma base teórico-prática para a defesa e a construção social de um socialismo verdadeiramente democrático. Da mesma forma, a experiência do governo autônomo e dos trabalhos coletivos nos territórios zapatistas constitui um referente inspirador nas reflexões do sociólogo mexicano. A partir da observação cuidadosa das experiências revolucionárias, Pablo González Casanova identifica uma contribuição singular para a teoria da luta de classes e da hegemonia, relacionada ao surgimento do povo e do popular como uma categoria real e contraditória que impulsiona e sustenta os sentidos do processo revolucionário:

[...] é que o primeiro protagonista destas lutas não é o proletariado, mas o povo. Em todos os casos do triunfo aparece a categoria do popular, desde o início do processo até a tomada e consolidação do poder libertador. A classe trabalhadora e o projeto socialista constantemente se veem mediados pela categoria concreta do povo, seja antes da tomada do poder, ou no triunfo das forças libertadoras (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 390, tradução nossa).

No caso da história política da América Latina e do Caribe, isso nos permite situar os termos da luta de classes em relação a uma política hegemônica, especialmente na análise de como a luta de classes opera dentro da categoria do povo e do popular. Considero que a “autonomia de

---

<sup>12</sup> No livro “El poder al pueblo”, publicado no México pela Océano, em 1985.

classe” revela o esforço intelectual de González Casanova para vislumbrar possibilidades concretas de um bloco histórico de caráter popular que interpela, no campo ideológico e da *práxis* política, o colonialismo global, a exploração global e a crise de hegemonia, uma vez que se articula em um compromisso político com um projeto emancipatório:

[...] em que a classe trabalhadora cumpra um papel hegemônico mais importante, que inclua a direção da luta popular, a articulação de grupos e frações de classe, a difusão do ideal socialista e democrático na sociedade, e o alcance de um consenso ativo e direto que integre a visão de mundo, a vontade popular nacional, a política de alianças, os programas a curto e longo prazo [...] (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017, p. 391, tradução nossa).

Instigado pelo projeto de autonomia zapatista, González Casanova argumenta que a autonomia constitui uma forma de se opor às lógicas de poder que se limitam a uma perspectiva estadocêntrica, ou seja, no “poder do Estado”, típico das posições revolucionárias e reformistas (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003b). Em sua análise, ele considera que a experiência política dos Caracóis zapatistas representa a vontade coletiva de construir um processo democrático baseado na articulação de povos-governos e que deve ser vista como um exemplo concreto de uma democracia de base, na qual o povo ocupa seu lugar como sujeito histórico da consolidação do poder popular. Os Caracóis combinam (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a, p. 339, tradução nossa): “[...] e integram na prática ambas as lógicas, a de construção do poder por redes de povos autônomos e a integração de órgãos de poder como autogovernos dos que lutam por uma alternativa dentro do sistema.” O entramado comunitário torna-se central porque representa o acúmulo histórico de uma resistência que vem ocorrendo há mais de cinco séculos e não foi encapsulada na lógica homogeneizadora do capitalismo e de uma atividade política que, em última instância, nega o poder do povo. Nessa direção, a *práxis* política do zapatismo inspira Pablo González Casanova, sobretudo na ampliação conceitual do sujeito revolucionário, presente na tradição teórica e política latino-americana e caribenha, penetrando a interpretação histórica e sociológica da

“libertação”, perguntando-se permanentemente que caminhos construir como comunidades que resistem aos opressores há séculos.

Na perspectiva de González Casanova, a insurgência armada de um exército indígena e a autonomia como um processo político de base, de povos-governos, constituem um exemplo concreto da história política da região que aponta outro horizonte para o exercício da “democracia de todos e para todos”, que se vincula ao repensar da luta política na recuperação de outras formas de organização da vida e da atividade política anteriores aos marcos das estruturas coloniais e capitalistas ocidentais. A autonomia, concebida e realizada a partir da perspectiva dos povos indígenas, marca uma renovação na concepção de um projeto político popular e de uma democracia popular.

As lutas populares ocorridas nos umbrais do século XXI, aquelas realizadas pelos movimentos indígenas, seja na disputa direta do Estado ou na interpelação da forma estatal, como no caso do zapatismo, nos desafiam a uma revisão teórico-analítica, nos marcos das ciências políticas e sociais, no que diz respeito à concepção e ao exercício da democracia em uma perspectiva popular. No campo da teoria crítica, nos instigam a imaginar o sujeito histórico-político forjado em uma resistência milenar e o que isso significa nos entramados de uma práxis emancipatória e no potencial criativo de uma sociologia da emancipação. Movido pelo mesmo sentimento, Pablo González Casanova (2009b, p. 308, tradução nossa) afirma:

Nos povos rebeldes como o zapatista não vemos uma rebelião meramente indígena, o que já seria muito legítimo. Vemos a única força que, vindo dos pobres da terra, é potencialmente capaz de criar ou construir um mundo alternativo em que se façam concretas as lutas pela liberdade, justiça e democracia, isto é, pelos distintos projetos de emancipação dos seres humanos e de proteção da Natureza e da vida na Terra.

A “autonomia de classe” é um legado conceitual de Pablo González Casanova para que continuemos refletindo, em termos teóricos e políticos, sobre o que os processos políticos conduzidos pelos movimentos indígenas, entre outros movimentos do campo popular, nos propõem em

relação a uma sociologia da emancipação. Em outras palavras, uma sociologia da emancipação que esteja comprometida não apenas com a interpretação da natureza histórica da exploração, mas que possa evidenciar o poder criativo dos processos revolucionários e populares em direção a horizontes democráticos e emancipatórios.

## **6 Aprendizagens do método dialético dos “da cor da terra”: reflexões finais**

Uma marca da trajetória intelectual de Pablo González Casanova é a defesa de que o paradigma científico das ciências sociais é sustentado pelo fato de ser uma ciência das lutas (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009a), em que os “objetos” estudados são, na realidade, sujeitos e são reivindicados como tal. O conjunto de saberes que emergem nos contextos de luta são sementes para a criação criativa e a organização crítica de pensamentos e conhecimentos necessários para a compreensão de nossos processos sócio-históricos e de uma *práxis* voltada para horizontes emancipatórios. Para continuar refletindo sobre a abertura de futuras linhas de pesquisa inspiradas no legado de González Casanova, apresento algumas perguntas: quais são as contribuições das categorias que estão na base da teoria social de Pablo González Casanova para a problematização da sociologia da exploração e da dominação na estrutura social atual? Como se expressam a ordem colonial e a cultura do colonialismo hoje?

Para responder a ambas as perguntas, nosso principal desafio consiste em retomar o caminho analítico de Pablo González Casanova, no que diz respeito à organização capitalista mundial, uma vez que, nas lógicas da mundialização e da acumulação, o caráter global da exploração continua vigente e a cultura do colonialismo interno e internacional se atualiza de diferentes formas: 1) na crise democrática em diferentes países que, no século XXI, sofreram golpes políticos e/ou intervenções imperialistas diretas dos EUA; 2) nos acordos bilaterais e multilaterais, nos quais os países

periféricos mantêm seu papel de fornecedores de *commodities*, com o fortalecimento do terreno político-econômico da transnacionalização, da expropriação territorial e de políticas de liberalização, privatização e ajuste, desnacionalização, tudo sob regulação dos Estados nacionais; 3) a crise humanitária resultante dos exorbitantes fluxos migratórios do Sul para o Norte global, que gera uma desumanização sem precedentes, sob uma lógica discriminatória racial e patriarcal; 4) a violação sistemática dos direitos humanos dos povos em guerras internacionais e internas, com o conseqüente agravamento da miséria e da pobreza, tudo isso vinculado ao persistente subdesenvolvimento dos países periféricos da América Latina, África e Ásia.

Por outro lado, como uma cultura da emancipação se manifesta hoje? Como mencionado no início deste artigo, González Casanova forjou seu pensamento crítico observando de perto a cultura oprimida, a resistência popular e os processos revolucionários, todos reconhecidos como verdadeiras bússolas que nos permitem identificar as raízes mais profundas das determinações históricas de nossa dominação e exploração. Da mesma forma, com os da “cor da terra”, ou seja, os povos indígenas, González Casanova descobriu os significados que a *práxis* pode adquirir na esfera da luta de classes e um poder emancipatório que assume seus próprios significados em uma concepção democrática, a partir do povo.

Embora o pensador mexicano não tenha caracterizado, de forma direta, uma concepção de emancipação, empreendeu um percurso analítico próprio do pensamento social crítico latino-americano para destacar as problemáticas nodais de nossa formação sócio-histórica como região, nossas inquietudes sociais e políticas enquanto sociedades marcadas pela «metamorfose do colonialismo e do capitalismo» e, a partir de um rigoroso método de análise, adentrou nossas problemáticas com o fito de determinar os diferentes matizes de sua dinâmica histórica. E vai além, ao desenvolver um trabalho teórico que permita um horizonte explicativo para tais problemáticas, com a elaboração de categorias uma interpretação crítica dos processos constitutivos de nossa especificidade e

de seu vínculo dialético com o universal. Portanto, Pablo González Casanova nos herda uma teoria social crítica, de criação de nossas próprias categorias explicativas para pensarmos-nos dialeticamente vinculados com culturas globais, muito embora com uma autonomia intelectual para propormos horizontes de transformação em uma perspectiva popular, nacional e universal.

Na América Latina e no Caribe identificamos a persistência da luta do campo popular na definição e construção de sua própria concepção de democracia e dos processos de participação política, não isenta de contradições, mas tingida de originalidade, inclusive em seus níveis de incidência na forma Estado e na forma governo, como nos casos da Bolívia e do Equador, que conseguiram, na primeira década do século XXI, a outorga de novas Constituições Plurinacionais. Ou, ainda, em uma densa e persistente luta popular diante do golpe de Estado na Bolívia em 2019. Os povos indígenas da América Latina continuam sua luta, desafiando-nos teórica e politicamente a debater a persistência da questão colonial e dos colonialismos, como apontam os zapatistas e outros povos indígenas do México, os Shuar do Equador e do Peru, o povo Mapuche, entre outros, que se posicionam para definir e defender os termos do reconhecimento da autonomia e da autodeterminação em seus territórios. O mesmo pode ser dito com relação à força da categoria “povo” na sustentação de mais de seis décadas do processo revolucionário cubano, que resiste bravamente ao embargo econômico e à ofensiva cultural e política promovida pelos Estados Unidos.

Escrever e inscrever uma sociologia da emancipação nos desafia a olhar para o dinamismo histórico desses processos, dessas lutas travadas pelos povos, o coração e a mente do popular. Em sua participação no Primeiro Colóquio Internacional *In Memoriam* Andrés Aubry, realizado em 2007 no CIDECI, em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, Pablo González Casanova enfatizou que, para conhecer nossa realidade social em profundidade, a primeira coisa que precisamos fazer é perder o medo. E “perder o medo” constitui o primeiro passo para a *práxis*, isto é, “um saber

indispensável para conhecer, compreender, atuar e criar o que ainda não existe, e que, para além de novo, é algo parecido ao vivido e criado, porém é outro” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b, p. 296, tradução nossa). E continua (2009b, p. 294, tradução nossa), “aprisionarmo-nos em nossa subcultura da emancipação torna impossível a emancipação. [...] Dominar a cultura dominante é ato de rebelião, tão necessário, como compenetrar-se do saber rebelde e do conhecimento crítico radical.”

Nesse caminho de construção de um projeto político rumo à emancipação, González Casanova destaca a “moral rebelde” como um valor intrínseco à luta de classes construída a partir da luta dos povos. Essa “moral rebelde” é a salvaguarda de uma trajetória de resistência, de confronto, de luta contra as lógicas de dominação inerentes ao colonialismo e à exploração; é a dignidade que alimenta a consciência de classe e a busca permanente de suplantar todas as formas de exploração em direção a um horizonte emancipatório. Pablo González Casanova argumenta que a articulação do conhecimento e dos saberes dos povos em resistência consiste em um “processo de criação teórica insuspeito, de criação expressiva e prática que nem pode ser classificado em categorias anteriores [...] nem pode separar-se do grande legado de experiências que mantém o povo” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b, p. 310, tradução nossa). Uma sociologia da emancipação deve ter a capacidade de identificar as categorias que emergem dessa dialética do conhecimento prático e do conhecimento crítico (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009b), um processo que também lhe dará um caráter militante, no sentido de se assumir como uma sociologia da libertação e por uma emancipação.

## **7 Referências**

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação rebelde e autônoma na práxis revolucionária Zapatista. *In*: REBUÁ, Eduardo; SILVA, Pedro (Orgs.).

**Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 48-79.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y los Zapatistas.** México: LIBRUNAM, 2015.

BONILLA, Víctor D. et. al. **Causa Popular, Ciencia Popular: una metodología del conocimiento científico a través de la acción.** Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CASIMIR, Jean. Teoría y definición de la cultura oprimida. *In*: VALDÉS LEÓN Camila; VOLTAIRE, Frantz (orgs.). **Antología del pensamiento crítico haitiano contemporáneo.** Buenos Aires, CLACSO, 2018 [1980], p.153-200.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Salvador, EDUFBA, 2008 [1952].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014 [1968].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Explotación, colonialismo y lucha por la democracia en América Latina.** México: Akal / Inter Pares, 2017.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación. Pensar América Latina en el Siglo XXI.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores / Buenos Aires: CLACSO Coediciones, 2009a.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **El saber y el conocer de los pueblos.** Primer Coloquio Internacional *In Memoriam* Andrés Aubry. San Cristóbal de las Casas: Cideci Unitierra Ediciones, 2009b, p. 293-316.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. "Colonialismo Interno (una redefinición)". *In*: **Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo.** México: Instituto de Investigaciones Sociales / UNAM, 2003a, pp. 02-30. Disponible

em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130909101259/colonia.pdf>.

Acesso em: janeiro de 2022.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Los “Caracoles” Zapatistas: redes de resistencia y autonomía. *Memoria*, n. 176, pp. 14-19, 2003b.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. La explotación global. *Memoria* n. 116, p. 136-166, 1998.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Las etnias coloniales y el Estado multiétnico. *In*: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo; ROITMAN ROSENMANN, Marcos (orgs.). **Democracia y Estado multiétnico en América Latina**. México: UNAM/CIICH, 1996, p. 23-36.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **El poder al pueblo**. México: Océano, 1985.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Sociología de la Explotación**. México: Siglo XXI Editores, 1969.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **La democracia en México**. México: ERA, 1965.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. **América Latina**, v. 6, n. 3, Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, Río de Janeiro, pp. 15-32, 1963.

GUNDER FRANK, André. **América Latina: subdesarrollo y revolución**. México: Era, 1973.

ROITMAN ROSENMANN, Marcos. Pablo González Casanova: de la sociología del poder a la sociología de la explotación. *In*: ROITMAN ROSENMANN, Marcos (Org.). **De la sociología del poder a la sociología de la explotación. Pensar América Latina en el Siglo XXI – Antología Pablo González Casanova**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores / Buenos Aires: CLACSO Coediciones, 2009, p. 09-51. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/casanova/> Acesso em: 26 jun. 2023.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. *In*: **Sociología y subdesarrollo**. México: Nuestro Tiempo, 1981.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TORRES GUILLÉN, Jaime. El carácter analítico y político del concepto de colonialismo interno de Pablo González Casanova. **Desacatos**, n. 45, pp. 85-98, maio-ago 2014,

TROUILLOT ROLPH, Michel. Una historia impensable: la Revolución Haitiana como un no-acontecimiento. *In*: VALDÉS LEÓN, Camila; VOLTAIRE, Frantz (orgs.). **Antología del pensamiento crítico haitiano contemporáneo**. Buenos Aires, CLACSO, 2018 [1995], p. 47-88. Disponível em:

[https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar\\_pdf.php?id\\_libro=1456](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar_pdf.php?id_libro=1456)